

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.sethas.gov.br

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 02010009.001171/2025-67

**Unidade Gestora: SUPROG - PRP**

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES OFERECIDAS NO PROGRAMA RESTAURANTE POPULAR DO RIO GRANDE DO NORTE QUE CELEBRAM ENTRE SI A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA XXXXX.**

A **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.277.824/0001-15, com endereço no Centro Administrativo do Estado, bairro de Lagoa Nova, sito à BR 101 - Km 0, Lagoa Nova - Natal/RN, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio da sua Secretária, Senhor(a) **IRIS MARIA DE OLIVEIRA**, Brasileira, portador da Carteira de Identidade nº XXXX e do CPF nº 201.036.114-87 e de outro lado a **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[digite aqui o CNPJ]**, estabelecida à **[digite aqui o endereço completo da empresa]**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor(a) **[digite aqui o nome]**, **[nacionalidade]**, **[estado civil]**, **[profissão]**, portador da Carteira de Identidade nº **[digite aqui o número com a Unidade da Federação]** e do CPF nº **[digite aqui o número]**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XX/XXXX que será regido em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 18/2021 (Processo nº 02010009.001171/2025-67), sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparação, fornecimento e distribuição de refeições que serão oferecidas nas unidades do Programa Restaurante Popular, nos municípios de: **São Paulo do Potengi, Parnamirim, Parelhas e Pau dos Ferros**, situados no Estado do Rio Grande do Norte, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIO	Nº DE ITENS - ALMOÇO	Nº TOTAL MENSAL DE ITENS	Nº TOTAL ANUAL DE ITENS
01	Terras Potiguaras e Agreste Litoral Sul	Parnamirim	760	16.720	200.640
02	Potengi	São Paulo do Potengi	360	7.920	95.040
03	Alto Oeste e Sertão do Apodi	Pau dos Ferros	800	17.600	211.200
04	Seridó	Parelhas	360	7.920	95.040

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses contado da data da assinatura**, prorrogável

sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. **Condições de Execução**

3.1.1. **Modalidades de refeições a serem servidas**

3.1.1.1. As modalidades de refeições a serem ofertadas nas unidades a serem instaladas nos municípios de: **São Paulo do Potengi, Parnamirim, Parelhas e Pau dos Ferros**, situados no Estado do Rio Grande do Norte, serão do tipo: almoço.

3.1.1.2. As refeições deverão ser produzidas exclusivamente nas dependências das respectivas unidades em que funcionarão os Restaurantes Populares, salvo exceções expressamente previstas neste Termo de Referência e autorizadas pela CONTRATANTE;

3.1.2. **Da localização e horário de funcionamento dos restaurantes**

3.1.2.1. Com o objetivo de garantir que as unidades do Programa Restaurante Popular estejam estrategicamente em locais de fácil acesso para o público alvo do Programa, e em proximidade às regiões onde haja maior concentração da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a(s) empresa(s) prestadora(s) de serviços deverá(ão) dispor de uma área coberta para distribuição de refeições nas proximidades, em média 500 m (quinhentos metros) das localizações abaixo relacionadas, ou em outro endereço onde seja registrada maior concentração de usuários em situação de vulnerabilidade social, desde que previamente comunicado pela SETHAS, e acordado entre as partes, respeitando-se as prerrogativas da atividade administrativa e a discricionariedade da Administração Pública:

ITEM	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIO	BAIRRO
01	Terras Potiguaras e Agreste Litoral Sul	Parnamirim	Santos Reis
02	Potengi	São Paulo do Potengi	Centro
03	Alto Oeste e Sertão do Apodi	Pau dos Ferros	Centro
04	Seridó	Parelhas	Centro

3.1.3. Os locais para funcionamento das unidades do Programa Restaurante Popular são de inteira responsabilidade das CONTRATADAS. Contudo, mediante interesse público justificado e autorização da CONTRATANTE, as CONTRATADAS poderão se utilizar de prédios públicos ociosos mediante Instrumento Contratual de Permissão de Uso Com Ônus;

3.1.4. Cabe ressaltar que a(s) empresa(s) deverá(ão) possuir equipe de apoio administrativo e nutricional, de preferência na capital do Estado do Rio Grande do Norte ou no município onde será prestado o serviço contratado, para que a CONTRATANTE possa tratar de assuntos pertinentes ao funcionamento do Restaurante Popular junto à CONTRATADA;

3.1.5. Cabe à CONTRATADA considerar que o fornecimento de alimentação estará sujeito à incidência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - ICMS, na forma do inciso I, art. 1º, da Lei Estadual nº 6.968, de 30 de dezembro de 1996.

3.1.6. **HORÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES DIÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS:**

Descrição	Horário de Distribuição das Refeições
Almoço	Segunda à sexta-feira, das 11 horas às 14 horas.

3.1.6.1. Os restaurantes abrirão simultaneamente, de segunda à sexta-feira, nos horários acima citados e

conforme o tipo de serviço prestado, em todos os dias úteis do ano, podendo excepcionalmente funcionar em feriados, desde que, solicitado e autorizado pela CONTRATANTE;

3.1.6.2. Excepcionalmente, mediante a aprovação prévia da CONTRATANTE, poderá a CONTRATADA utilizar horário especial para abertura e fechamento do(s) Restaurante(s) Popular(es), mediante justificativa.

### 3.1.7. DO PROGRAMA ESTADUAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (PECAFES)

3.1.7.1. Do valor total destinado à composição do cardápio deverá constar que, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos custos com aquisição de gêneros alimentícios deverão ser provenientes de produtos oriundos da Agricultura Familiar e/ou de Empreendimentos de Economia Solidária, em obediência ao disposto na Lei nº 10.536, de 03 de julho de 2019, que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES), bem como, o Decreto nº 29.183, de 30 de setembro de 2019, o qual regulamenta a referida Lei Estadual;

3.1.7.2. A CONTRATADA poderá, excepcionalmente, deixar de cumprir o percentual mínimo previsto no subitem 3.1.7.1., nos casos devidamente justificados em que os fornecedores da Agricultura Familiar e/ou Empreendimentos de Economia Solidária não apresentem condições de abastecimento. A impossibilidade deverá ser comprovada por declaração emitida pelas cooperativas ou associações representativas dos agricultores familiares;

3.1.7.3. A(s) empresa(s) ganhadora(s) deverá(ão) apresentar uma planilha contendo o detalhamento sobre a composição do custo unitário, com destaque à aquisição de gêneros alimentícios por refeição, para fins de subsidiar o cálculo referente ao valor dos 30% (trinta por cento) que deverá ser adquirido via PECAFES;

3.1.7.4. A(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar proposta de aquisição de gêneros da agricultura familiar, com descrição dos produtos e respectivas quantidades, considerando o cumprimento do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do total destinado à aquisição de gêneros;

3.1.7.5. Para elaboração da proposta referida no item anterior, deverá ser utilizada a lista de produtos e preços disponibilizada no Portal do PECAFES, ou outro canal oficial que venha a substituí-lo;

3.1.7.6. A(s) empresa(s) Contratadas(s) deverá(ão) celebrar contrato ou outro instrumento equivalente com os agricultores familiares e/ou suas organizações habilitadas, conforme resultado da Chamada Pública Paralela nº 02/2021 (SEI Nº 02010009.002893/2020-24), para fins de aquisição dos produtos que comporão os cardápios;

3.1.7.7. A aquisição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de gêneros da agricultura familiar deverá ser comprovada por meio dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados mensalmente junto com a prestação de contas, para fins de solicitação de pagamento:

I - Relação dos agricultores familiares e/ou organizações representativas que forneceram alimentos no período, acompanhada das respectivas Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), ou do novo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), conforme o caso;

II - Nota fiscal emitida por organização previamente habilitada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF); ou;

III - Termo de recebimento assinado pelo fornecedor da agricultura familiar e pela(s) empresa(s) fornecedora(s) de refeições ao Programa Restaurante Popular, conforme modelo (Anexo I deste Termo de Referência).

### 3.2. DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS PREVISTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS POR MUNICÍPIO/UNIDADE DE RESTAURANTE

ITEM 03 - Potengi	
São Paulo do Potengi	
Profissionais	Produção de: 360 refeições/dia
Nutricionista*	01
Operador de Caixa	01
Estoquista	01
Cozinheiro	01
Auxiliar de Cozinha	03
Auxiliar de Serviços Gerais	02
<b>TOTAL</b>	<b>09</b>

ITEM 01 - Terras Potiguaras e Agreste Litoral Sul	
Parnamirim	
Profissionais	Produção de: 760 refeições/dia
Nutricionista	01
Operador de Caixa	01
Estoquista	01
Cozinheiro	02
Auxiliar de Cozinha	05
Auxiliar de Serviços Gerais	04
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

ITEM 05 - Território Seridó	
Parelhas	
Profissionais	Produção de: 360 refeições/dia
Nutricionista*	01
Operador de Caixa	01
Estoquista	01
Cozinheiro	02
Auxiliar de Cozinha	03
Auxiliar de Serviços Gerais	01
<b>TOTAL</b>	<b>09</b>

ITEM 04 - Território Alto Oeste e Sertão do Apodi	
Pau dos Ferros	
Profissionais	Produção de: 800 refeições/dia
Nutricionista*	01
Operador de Caixa	01
Estoquista	01
Cozinheiro	02
Auxiliar de Cozinha	05
Auxiliar de Serviços Gerais	04
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

3.2.0.1. A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) garantir a presença diária de 01 (um) profissional Nutricionista, com certificado de registro expedido pelo Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), o qual deverá responder por apenas 01 (uma) unidade, com objetivo de acompanhar a produção e a distribuição de refeições, durante a execução de todo o serviço;

3.2.0.2. A obrigatoriedade de nutricionista com CRN está alinhada à Resolução CFN nº 600/2018, que dispõe sobre a responsabilidade técnica em serviços de alimentação coletiva

3.2.0.3. Para o dimensionamento de pessoal a ser contratado pela empresa prestadora do serviço, foi utilizado como referência, o Manual do Programa Restaurante Popular, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (Brasília, 2004).

3.2.0.4. As demais informações referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, documento que integra e complementa este Contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitido de modo algum, a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto da presente contratação. O descumprimento desta cláusula poderá ensejar rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 8.896.060,80 (oito milhões, oitocentos e noventa e seis mil sessenta reais e oitenta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.0.0.1. Com vistas à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ficam assegurados à CONTRATADA o direito ao reajuste de preços e à revisão contratual, nos termos dos artigos 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021 e da legislação correlata, bem como das diretrizes administrativas da SETHAS/RN, observadas as seguintes disposições:

I - **Reajuste:** atualização do valor contratual em razão da variação dos custos do mercado, com base na variação de índice de preços;

#### 7.0.0.2. DO REAJUSTE

- I - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.
- II - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- III - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- IV - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- V - Nas aferições finais, o (s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão) obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- VI - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- VII - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- VIII - O reajuste será realizado por apostilamento.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.2. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.2.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.5.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.5.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.5.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.5.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.5.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.5.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.5.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.5.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.5.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.5.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.5.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.5.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.5.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.5.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.5.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.5.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.5.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.5.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.5.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.5.26. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde

que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.5.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.6. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.8. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.9. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA E EXECUÇÃO**

11.0.1. Será exigida da CONTRATADA a prestação de garantia contratual, nos termos dos artigos 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante toda a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo ser apresentada nas seguintes modalidades:

- I - Caução em dinheiro, depositada em conta vinculada a ser informada pela CONTRATANTE;
- II - Seguro-garantia;
- III - Fiança bancária.

11.0.2. Independentemente da modalidade escolhida, a garantia deverá assegurar cobertura para:

- I - inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;
- II - indenizações por danos causados à Administração;

- III - pagamento de multas contratuais e sanções administrativas;
- IV - obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais inadimplidas, inclusive as decorrentes de decisões judiciais relacionadas à execução contratual;
- V - pagamento direto ao empregado, no caso de apólice de seguro-garantia, após decisão definitiva em processo administrativo.

11.0.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia:

- I - a apólice deverá ser apresentada até a data da assinatura do contrato, sob pena de preclusão do direito de escolha dessa modalidade;
- II - deverá permanecer em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- III - deverá acompanhar as modificações de vigência contratual mediante endosso da seguradora;
- IV - será permitida a substituição da apólice na data de renovação, desde que mantidas as condições e coberturas e nenhum período fique descoberto, ressalvados períodos de suspensão contratual.

11.0.4. Caso o seguro-garantia não seja apresentado oportunamente, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, a garantia nas demais modalidades previstas.

11.0.5. Para fins deste Termo de Referência, cada modalidade de garantia observará as seguintes condições:

- I - Caução em dinheiro: deverá ser efetuada mediante Guia de Recolhimento própria, em conta específica indicada pela Administração Estadual, com devida atualização monetária;
- II - Títulos da dívida pública: deverão estar registrados em sistema autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelo seu valor de mercado conforme metodologia oficialmente reconhecida;
- III - Fiança bancária: deverá conter cláusula de renúncia aos benefícios de ordem previstos no art. 827 do Código Civil;
- IV - Título de capitalização: deverá ser custeado em pagamento único, emitido por sociedade autorizada a operar no ramo, acompanhado das condições gerais e comprovação de aprovação junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

11.0.6. Em caso de alteração do valor contratado ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser renovada ou ajustada pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a partir da assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

11.0.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem da Administração ou em caso de inadimplemento da própria Administração Pública Estadual, a contratada ficará dispensada de renovar a garantia até que ocorra a reativação formal da execução contratual.

11.0.8. Caso a garantia venha a ser utilizada, total ou parcialmente, para cobrir quaisquer obrigações, a contratada deverá restituir o valor correspondente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da notificação da Administração.

11.0.9. A execução da garantia observará o devido processo administrativo. O garantidor deverá ser notificado da instauração de procedimento para apurar inadimplemento contratual. No caso de seguro-garantia, a comunicação de sinistro poderá ocorrer fora da vigência da apólice, desde que respeitados os prazos prescricionais definidos pela SUSEP.

11.0.10. A garantia será considerada extinta:

- I - com a devolução formal do instrumento de garantia, acompanhada de termo da Administração atestando o cumprimento integral das obrigações;
- II - com o término da vigência contratual, desde que inexistam pendências;
- III - no caso de seguro-garantia, conforme os critérios da SUSEP.

11.0.11. A liberação da garantia ocorrerá após a comprovação da fiel execução contratual ou de sua extinção por motivo imputável exclusivamente à Administração Estadual. Quando prestada em dinheiro, será restituída com a devida atualização monetária.

11.0.12. A contratada autoriza expressamente a Administração Pública Estadual a reter e executar a garantia sempre que verificado descumprimento contratual nos termos deste Termo.

11.0.13. O garantidor não integrará os processos administrativos instaurados para apurar a responsabilidade da contratada ou aplicar-lhe sanções.

11.0.14. A garantia de execução contratual é distinta e independente de eventuais garantias legais ou contratuais sobre produtos ou serviços prestados no âmbito da contratação.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 13.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 13.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Projeto de atividade:	26132 08.306.0313.1937.193701 - Programa Restaurante Popular	
Natureza de Despesa:	33.90.39 - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	
Subelemento de Despesa:	41 - Fornecimento de Alimentação	
Fonte de Recurso:	0.7.61.000000 - Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	
Valor R\$:	8.896.060,80	(oito milhões, oitocentos e noventa e seis mil, sessenta reais e oitenta centavos)

- 15.2. **Valor Global do Contrato: R\$ 8.896.060,80 (oito milhões, oitocentos e noventa e seis mil, sessenta reais e oitenta centavos).**

15.3. **EMPENHO:**

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

- 16.1. Os casos omissos referentes à execução do presente contrato serão decididos pela CONTRATANTE, observando-se as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, e, de forma subsidiária, as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e os princípios gerais dos contratos.
- 16.2. A Contratante poderá recorrer a outras normas e princípios gerais de direito público e privado para a resolução de questões não contempladas na legislação mencionada acima, buscando sempre o equilíbrio entre as partes e a boa execução do contrato.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

- 18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

**IRIS MARIA DE OLIVEIRA**  
**SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**

**CPF:**

**NOME:**

**CPF:**



Documento assinado eletronicamente por **RAIANNY PRISCILLA DE SOUSA SANTIAGO, Agente Administrativo**, em 18/05/2026, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41379871** e o código CRC **01CD7434**.

**Referência:** Processo nº 02010009.001171/2025-67

SEI nº 41379871